



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE MORADA NOVA

LEI Nº 2.286, DE 05 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a Declaração de Tombamento de Árvores do Município de Morada Nova/CE, e dá outras providências.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE MORADA NOVA** Faço saber que a Câmara Municipal de Morada Nova aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Por meio da presente lei, fica autorizada a declaração de tombamento e imunidade ao corte de árvores localizadas no Município de Morada Nova que atendam a um ou mais dos seguintes critérios:

- I - sejam nativas da região Nordeste;
- II - possuam relevante valor histórico, cultural, ambiental, ecológico ou paisagístico;
- III - apresentem características de raridade, antiguidade ou notável beleza cênica;
- IV - sejam consideradas porta-sementes ou desempenhem papel significativo na manutenção da biodiversidade local.

§ 1º A declaração de tombamento e consequente imunidade ao corte será formalizada por ato do Poder Executivo Municipal, mediante parecer técnico do Instituto do Meio Ambiente (IMAMN) e aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA).

§ 2º Qualquer cidadão ou instituição poderá solicitar a declaração de tombamento e imunidade ao corte de árvores mediante pedido escrito dirigido ao Instituto do Meio Ambiente (IMAMN) e ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), no qual deve constar a localização precisa da árvore, características gerais relacionadas com a espécie, o porte e a justificativa para sua proteção.

**Art. 2º** A declaração de tombamento implicará na preservação e manutenção da árvore, assegurando-lhe o caráter de imunidade contra corte, remoção, replantio, queimada, poda abusiva ou qualquer ação antrópica que possa comprometer sua integridade física ou seu valor ambiental.

§ 1º Somente a Prefeitura Municipal de Morada Nova ou prestadores de serviço expressamente autorizados poderão executar serviços de poda e manutenção da árvore tombada.



**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

§ 2º A árvore tombada não poderá ser podada por particulares e/ou empresas concessionárias de energia elétrica e/ou telefônica, salvo com expressa autorização e licença do órgão municipal responsável.

**Art. 3º** A deliberação sobre a declaração de tombamento de uma árvore considerará os seguintes fatores determinantes de seu valor ambiental e paisagístico:

I - valor da espécie (origem, disponibilidade ou raridade, presença ou não de princípios tóxicos ou alergênicos, desenvolvimento e adaptabilidade);

II - valor de condição (estado geral e integridade);

III - valor de localização (adequação ao local onde se encontra);

IV - valor biométrico (relacionado com as dimensões, diâmetro do tronco e amplitude da copa);

V - valor ecológico (contribuição para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos);

VI - Valor histórico e cultural (a importância histórica, cultural e o significado para a comunidade local);

**Art. 4º** O Poder Público Municipal poderá:

I - realizar o inventário todas as árvores tombadas e declaradas imunes ao corte por meio de registro próprio, no qual constarão todos os dados relativos a árvore, tais como a espécie protegida, localização e as características morfológicas;

II - dar ampla publicidade às resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) que declararem o tombamento de árvores;

III - identificar, por meio de placas indicativas, as árvores declaradas tombadas e imunes ao corte, informações como nome popular e científico da espécie, número de registro no inventário, data do tombamento.

**Art. 5º** A supressão e erradicação das árvores tombadas só poderá ocorrer quando expressamente autorizada Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), nos seguintes casos:

I - quando a árvore estiver mutilada, morta ou apresentar morte iminente, sem possibilidade de recuperação;

II - em casos de ataques por pragas ou doenças irreversíveis, sem solução viável;

III - quando ocorrer descortçamento severo da árvore, sem possibilidade de regeneração;



**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA DE MORADA NOVA**

IV - no caso da árvore apresentar inclinação acentuada com risco iminente à segurança de pessoas, desde que não possa ser corrigida com rebaixamento da copa;

V - quando a árvore causar danos severos ao patrimônio público ou privado, devidamente comprovados, e não houver possibilidade de mitigação;

VI - em situações excepcionais, devidamente justificadas, que envolvam risco à segurança pública ou à saúde da população.

§ 1º O pedido de autorização para erradicação de árvores declaradas imunes ao corte, em áreas públicas ou particulares, deverá ser dirigido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), indicando a exata localização da árvore e a justificativa para a supressão.

§ 2º Na hipótese de erradicação de uma árvore tombada em virtude das condições previstas no *caput*, o solicitante deverá efetuar o plantio de outra árvore nativa, de espécie indicada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMAMN), preferencialmente, no mesmo local onde se encontrava a que foi erradicada.

§ 3º Não havendo espaço adequado no mesmo local, o replantio poderá ser feito em outra área a ser indicada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMAMN), de forma a manter a densidade arbórea das adjacências.

§ 4º O solicitante será responsável pelos cuidados com a árvore plantada pelo prazo de, no mínimo, 2 (dois) anos, devendo zelar pela integridade e desenvolvimento da muda.

**Art. 6º** Sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, as pessoas naturais ou jurídicas que infringirem as disposições desta Lei estarão sujeitas às sanções administrativas, na forma do regulamento a ser elaborado pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DO GOVERNO MUNICIPAL DE MORADA NOVA**, em 05 de junho de 2025.

  
**NAIARA CARNEIRO CASTRO**  
Prefeita Municipal